



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

FELIPE MIRANDA DE ALMEIDA¹
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB

JAMILLY CARMEN DA SILVA²
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB

MARIA ELISA ROCHA FAGUNDES DE BRITO³
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB

Resumo:

A discussão acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar apresenta-se de forma controversa, pois embora tenha como propósito contribuir com a qualidade educacional, também desperta críticas de educadores quanto às práticas pedagógicas voltadas a essa temática. Diante disto, esta pesquisa visa investigar como tem ocorrido a alfabetização de estudantes autistas no ensino fundamental, bem como analisar as práticas pedagógicas que viabilizam o processo de ensino-aprendizagem. Como questão problema, destaca-se, quais os desafios encontrados nas práticas docentes concernentes a alfabetização de crianças com TEA no ensino fundamental? As discussões teóricas estão amparadas nos pressupostos teóricos de Coll, Marchesi e Palacios (2010); Leo Kanner (1943); Magda Soares (2004, 2017, 2020); Vygotsky (2002, 2010); Mantoan (2003), Sena (2021), além de legislações e documentos que tratam da temática. A metodologia adotada trata-se de uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica com objetivo metodológico de natureza exploratória. Os resultados evidenciam que as práticas pedagógicas estão em constante mudança e as discussões para os novos meios de educar tem se feito presentes cada vez mais nos ambientes escolares. Conclui-se que é fundamental o cumprimento das políticas educacionais contextualizadas que considerem as especificidades dos estudantes e garantem o acesso à educação de qualidade.

Palavras-chave: Alfabetização. Práticas pedagógicas. TEA.

Introdução

O debate acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas é um tema controverso e embora tenha o objetivo de melhorar a qualidade da educação nas esferas educacionais, também gera uma série de críticas, especialmente de movimentos sociais, educadores e conduta docente acerca das práticas educativas voltadas para essa temática.

Nesse contexto, abordaremos sobre como tem acontecido a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), compreendendo as práticas docentes nestas

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia, campus XX, mirandasfelipe2005@gmail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia, campus XX, jamilycarmen@gmail.com

³ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia, campus XX, elisauneb.25@gmail.com



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

instâncias e os desafios encontrados nesse processo de ensino. A motivação dos autores surge através de diagnóstico familiar e momento de estágio, no qual se percebe a falta de planejamento inclusivo voltado a especificidade de alguns alunos. A pesquisa desenvolvida apresenta uma magnitude importante para a comunidade acadêmica, pois apresenta uma releitura sobre o tema,

A alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma abordagem que alcançou uma grande relevância na atualidade, visto que essas crianças enfrentam desafios específicos que impactam no seu desenvolvimento acadêmico e social. A partir de levantamentos feitos na biblioteca física da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XX, foi possível encontrar uma gama de material epistêmico que abrange a temática trabalhada. Espera-se então, que este trabalho não apenas proporcione um suporte mais eficaz para estes alunos, mas também auxilie educadores que lidam com essas dificuldades dentro de um espaço escolar. Investigar como tem se dado a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental (EF), compreendendo as práticas docentes nestas instâncias.

A metodologia adotada trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2017, p.34) “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas [...]”. A pesquisa bibliográfica colabora com a avaliação dos planos de ensino vigentes no EF. Os teóricos e autores trabalhados ao decorrer da produção oportunizam construir um letramento inclusivo e propõem a compreensão acerca do tema abordado. Nesta perspectiva, Gil (1999) menciona que a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, ergue-se sobre a dinâmica e abordagem do problema pesquisado e visa descrever e decodificar de forma interpretativa os componentes de um sistema complexo de significados sem se preocupar com a mensuração dos fenômenos, pois permeia a compreensão do contexto no qual ocorre o fenômeno. Ademais, o objetivo metodológico de natureza exploratória que “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2017, p.32).

Diante disso, o artigo possui uma estrutura organizada em três tópicos, sendo o primeiro uma recapitulação do conceito histórico do TEA baseando-se na obra de Coll et. al apud Leo Kanner, 1943. O segundo discorre sobre a alfabetização e interação com o meio



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

social na perspectiva de Magda Soares (2004) e as contribuições das pesquisas de Lev Vygotsky (2002). Por fim, o terceiro tópico aborda sobre as práticas pedagógicas na concepção do TEA, fundamentados no diálogo de Sena (2021) e Maria Mantoan (2003).

A perspectiva histórica do transtorno do espectro autista (TEA)

Para dialogar sobre o Transtorno do Espectro Autista é relevante descrevermos toda a sua trajetória histórica, entendendo as primeiras definições e estudos acerca de sua composição enquanto transtorno global do desenvolvimento. O termo “autismo” foi criado no ano de 1911 pelo psiquiatra Eugen Bleuler, um suíço que estudou de forma mais lógica o que até então, era chamado de “esquizofrenia”. De acordo com Oliveira (2009), a palavra autismo vem de “autos” que significa “próprio” e “ismo” traduz um estado ou uma orientação, isto é, uma pessoa fechada.

Mediante ao percurso histórico, é importante frisar que os primeiros estudos para a compreensão do TEA foram feitos pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner (1894-1981), em seu artigo "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo" (1943), Kanner observou 11 crianças com comportamentos semelhantes, destacando a incapacidade delas de se relacionarem de maneira "comum" com pessoas e situações. Ele verificou que essas crianças viviam em um mundo próprio, com dificuldade em interagir com o ambiente ao seu redor.

Naquela época, o transtorno se caracterizava por "mundo distante, estranho e cheio de enigmas, “estranho transtorno qualitativo do desenvolvimento.” (Coll; Marchesi; Palacios, 2010, p. 234). O estudo acerca do TEA estendeu-se de 1943 a 1963, onde contém ideias que hoje consideramos ultrapassadas e que já foram ressignificadas, tendo em vista que o TEA era considerado "um transtorno de origem emocional produzido por fatores emocionais ou afetivos inadequados na relação da criança com as figuras de criação.” (Coll; Marchesi; Palacios, 2010, p.236.).

Essa teoria resulta dos estudos de Leo Kanner, que sugeria que a maneira como os pais educavam seus filhos, além da falta de afeto, poderia impactar o desenvolvimento da criança. Segundo essa visão, se houvesse erros na criação, a criança desenvolveria o transtorno, a menção supracitada tinha como nomenclatura a metáfora “mãe-geladeira”. Contudo, essa teoria foi refutada pelo próprio Kanner em um artigo seguinte, que reconheceu



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

que o autismo tem causas mais complexas e não se limita a fatores ambientais e nos dias atuais entende-se que o TEA tem origem em uma alteração neurobiológica. Diante disso, o autor conceitua esse estágio de desenvolvimento da teoria do TEA em três momentos.

O primeiro envolvia o desenvolvimento de mudanças comportamentais para ajudar as pessoas autistas a se desenvolverem, e o segundo dizia respeito à criação de escolas especializadas para autismo, que eram financiadas principalmente por pais e familiares de crianças autistas. O segundo momento engloba as duas décadas seguintes, 1963-83, a partir da primeira metade dos anos 1960, iniciou-se uma nova fase de estudos sobre o TEA. Nessa fase, os modelos explicativos sobre a origem do transtorno estavam ligados a mudanças cognitivas, que ajudavam a entender as dificuldades de interação, linguagem, comunicação e flexibilidade mental. Foi nesse período que a educação foi considerada a forma mais eficaz de tratar os sintomas do TEA. O terceiro momento desenvolveu-se nos últimos 15 anos, quando foram feitas grandes descobertas sobre o autismo e definiram novas perspectivas para a sua explicação e seu tratamento. Nas pesquisas mais atuais sobre o transtorno, houve transformações importantes que definiram a terceira fase dos estudos. A principal mudança foi o reconhecimento de que o autismo é, de fato, um transtorno de origem neurológica, eliminando as outras hipóteses.

Apesar das controvérsias, a pesquisa de Kanner foi fundamental para o reconhecimento do autismo como um distúrbio distinto e para o desenvolvimento de estudos posteriores sobre o tema, incluindo a compreensão do autismo como um espectro. Atualmente, sabe-se que ainda não há cura para o autismo, embora seja possível reduzir consideravelmente seus sintomas graças ao trabalho da educação e da ciência. A educação continua sendo um campo fundamental nas pesquisas sobre o transtorno, pois é por meio das análises no contexto educacional que os cientistas encontram novas pistas para as investigações, que estão cada vez mais próximas de identificar suas causas.

Esse processo coincidiu com a formulação de modelos explicativos do autismo que se baseavam na hipótese de que existe algum tipo de alteração cognitiva (mais do que afetiva) que explica as dificuldades de relação, linguagem, comunicação e flexibilidade mental. Embora nesses anos não se tenha conseguido descobrir a chave de tal alteração cognitiva, os novos modelos do autismo basearam-se em pesquisas empíricas, rigorosas e controladas mais do que - como antes - na mera especulação e na descrição de casos clínicos. (KANNER, 1983, *apud* COLL *et al.*, 2004, p. 236).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Ainda no nuançe legislativo, temos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de número 9.394/96, que define e regulamenta a organização educacional brasileira, tanto pública quanto privada, tal qual assegura o dever que os alunos autistas têm de serem integrados em classes integradas, e para além disso, dar o suporte necessário trazendo profissionais capacitados para dentro da sala de aula visando atender suas especificidades, e sempre que necessário, que haja mudanças no currículo, novos métodos e recursos educativos para atender suas especificidades, e o direito ao mundo do trabalho, havendo assim, educação especial para o trabalho visando a efetiva integração em sociedade.

Levando em consideração a exclusão e dificuldade sofrida por esses sujeitos, os meios legais visam assegurá-los de todo e qualquer movimento que os privem. No âmbito educacional, a escolarização dessas crianças autistas foi e é marcada por movimentos de exclusão. Historicamente, a escolarização desses sujeitos foi de responsabilidade de instituições próprias, chamadas essas de escolas especiais, esse atendimento era voltado para correção de déficits. No ano de 2012, é sancionada no Brasil a lei 12.764, conhecida também como “Lei Berenice Piana” que reconhece o autismo como deficiência garantindo-lhe direitos como diagnóstico precoce, tratamento, acesso à educação e inclusão social. A Lei supracitada foi considerada um marco na garantia dos direitos das pessoas com autismo. Para além disso, é válido mencionar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a 13.146/2015 que estabelece princípios, diretrizes e normas para assegurar a inclusão da pessoa com deficiência em diversos aspectos da vida social, como educação, trabalho, saúde, transporte, cultura, esporte, lazer e acesso à justiça.

A alfabetização e letramento para a formação do sujeito

A alfabetização é um processo importante na aprendizagem e vida escolar da criança, sendo ela a base para aprendizagem escolar e vida social, o qual a escola, família e demais relações sociais participam deste procedimento, podendo ser compreendida como um processo de desenvolvimento da leitura e da escrita.

Segundo Vygotsky (2002), a relação com o meio faz com que a criança desenvolva a linguagem, acontecendo a partir da interação com o social, cultural e histórico. Nesta perspectiva, a apropriação da criança se dá desde que se insere no mundo, com a cultura,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

família, quando entra na escola acontece desde a educação infantil, e quando a criança no ensino fundamental aprenderá de forma sistemática e poderá aprender ao longo da vida. Para Vygotsky (2010, p. 334):

Vimos que a aprendizagem e o desenvolvimento são dois processos que estão em complexas inter-relações. A aprendizagem só é boa quando está à frente do desenvolvimento. Neste caso, ela motiva e desencadeia para a vida toda uma série de funções que se encontravam em fase de amadurecimento na zona de desenvolvimento imediato.

Para tanto, considera-se de extrema importância as relações sociais estabelecidas pela criança com a escola, professor, colegas e família, em que o aprendizado se relaciona com o desenvolvimento cognitivo da criança. Magda Soares (2004) descreve que os conceitos de alfabetização e letramento se diferenciam entre si; ser alfabetizado é aquele que aprendeu a ler e a escrever, e, a partir disso, o indivíduo usa a leitura e a escrita na sua vida social, o que o torna uma pessoa letrada. Significa que aquele que sabe ler e escrever, mas não faz uso da leitura e da escrita, é alfabetizado, mas não é letrado. Em uma entrevista, Soares afirma que, "alfabetização é o processo de aprendizagem do sistema de representação dos sons da fala, ou seja, como transformamos os fonemas e grafemas. O Letramento é o desenvolvimento de habilidades de uso da tecnologia da escrita." (Soares, 2017, *apud* Inês, 2017).

A educadora Magda Soares (2020), considera alfabetização na perspectiva do letramento, em que no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita -a alfabetização e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita -o letramento. De acordo com a autora, é importante considerar a relação entre alfabetização e letramento, a educadora destaca a importância da alfabetização e o letramento caminharem juntos, são indissociáveis e fundamentais para um bom aprendizado nos anos iniciais e enfatiza a importância da criança utilizar a leitura e escrita em sua prática social.

Em relação a todo esse dinamismo, para que a criança vivencie esse processo, é necessário que o professor entenda esse processo e tenha fundamentos psicológicos, fonológicos, linguísticos e sociolinguísticos. Na prática pedagógica, é importante o docente ensinar a alfabetização de forma lúdica a criança, de acordo com o seu desenvolvimento com



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

canções, poemas, pelas histórias, brincadeiras e jogos, o que facilita a aprendizagem e a torna significativa.

Conforme os autores mencionados, todos congregam no mesmo pensamento da importância da alfabetização e letramento, e na perspectiva da escrita a partir da interação e como prática dialógica, visto a necessidade da criança usar a escrita nas práticas sociais, em que a escrita deve ter sentido e significado para a criança, e o uso deve fazer parte do seu dia-a-dia. Com isto, destaca-se que o processo de alfabetização não deve ser visto apenas como uma meta a ser alcançada, mas como uma ferramenta contínua de desenvolvimento.

A capacidade de ler e escrever é um recurso fundamental para o exercício da cidadania, permitindo ao indivíduo acessar e produzir conhecimento, além de participar ativamente da sociedade. Nesse sentido, é imprescindível que a criança compreenda a leitura e a escrita como práticas que transcendem a sala de aula, fazendo parte de sua vida cotidiana, suas interações sociais e culturais.

Ademais, a relação entre a prática pedagógica e o contexto sociocultural da criança desempenha um papel crucial no processo de alfabetização. Como defende Vygotsky (2002), a aprendizagem acontece de maneira mais significativa quando é contextualizada no universo social e cultural do aluno. O papel da escola, nesse caso, não é apenas ensinar os códigos linguísticos, mas criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento da criança em sua totalidade, respeitando suas vivências e promovendo a construção de uma identidade crítica e reflexiva.

Além disso, a interação entre a escola e a família tem um impacto direto no sucesso da alfabetização e do letramento, quando a família participa ativamente do processo educativo, criando rotinas de leitura e escrita em casa e o ambiente escolar promove atividades de leitura que dialoguem com o contexto familiar e comunitário, o aprendizado da criança se fortalece. Assim, a alfabetização e o letramento tornam-se práticas vivas e significativas e não apenas habilidades técnicas adquiridas de maneira isolada.

Portanto, para que a alfabetização e o letramento alcancem seu pleno potencial é essencial que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de ritmos de aprendizagem de cada criança. Logo, a formação continuada dos educadores, a adaptação dos métodos pedagógicos, o uso de recursos que favoreçam a interação e o gosto pela leitura e escrita são fundamentais para que a alfabetização se efetive de maneira significativa,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

atendendo às necessidades de todos os alunos. O sucesso desse processo reflete-se na capacidade da criança de usar a leitura e a escrita de forma crítica e autônoma, tanto na escola quanto em suas práticas sociais cotidianas.

As práticas pedagógicas na perspectiva do Transtorno do Espectro Autista

A alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um desafio que exige práticas pedagógicas específicas que considerem as singularidades de aprendizagem desses estudantes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) destaca a necessidade de garantir o direito à aprendizagem efetiva de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, o que exige do docente o planejamento de múltiplas estratégias de ensino para que o aluno alcance a aprendizagem plena. Nesse sentido, a adaptação em suas metodologias e recursos, promovem um ambiente que favoreça, chame atenção e engaje a criança no processo educativo.

Tendo em vista o crescente número de diagnósticos do Transtorno de Espectro Autista, fica evidente a necessidade das escolas públicas e privadas de oferecerem o aparato necessário para acolher essas crianças, buscando promover um espaço equitativo onde o aluno seja o protagonista. Portanto, é papel da escola e do corpo docente, da família e do poder público buscar alternativas e estratégias de inclusão de forma com que estes sujeitos se sintam inseridos no espaço escolar sem que haja segregações.

Dentre as estratégias mais eficazes estão o uso de materiais visuais e o ensino estruturado. Segundo o “Manual de Atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista” (2023), o ideal para crianças com TEA é oferecer um ambiente seguro e acolhedor para que o aluno se regule. Propiciar esse ambiente envolve ofertar uma comunicação efetiva dizendo o que será realizado, como será realizado e quando deverá ser realizado, e se possível, fazendo uso de sinalizações universais, materiais visuais e objetos concretos. O ensino estruturado, por exemplo, oferece uma rotina clara, instruções explícitas e um espaço adaptado contendo fatores que favoreçam a compreensão e o foco da criança.

Almeida (2021) considera que é por meio do uso lúdico, do criativo e do interativo que as crianças se interessam pela aprendizagem. Esses recursos despertam neles o senso criativo e a construção de novos pensamentos, sentimentos e habilidades, bem como a



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

autonomia. A flexibilização curricular é outro aspecto considerado essencial. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) propõe que a escola tenha recursos pedagógicos acessíveis, o que exige que a instituição e o docente planejem atividades conforme o nível de desenvolvimento do aluno. Isso significa que o processo de alfabetização pode se dar por meio de habilidades como a associação imagem-palavra, para isto a avaliação diagnóstica gradual também é importante para avaliar o planejamento e possíveis intervenções. Vale ressaltar que cada criança tem sua singularidade, portanto, não adianta o profissional decidir por ela, é necessário perguntar para compreender aquilo que a deixe confortável no seu processo de ensino-aprendizagem.

As práticas de alfabetização devem incluir atividades que estimulem tanto a linguagem receptiva quanto a expressiva. Jogos fonológicos, músicas e histórias ilustradas são ferramentas que favorecem a compreensão dos sons da língua e a formação de vocabulário. Conforme o Ministério da Educação (MEC, 2006), a utilização da abordagem multissensorial mostra-se particularmente eficaz no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que estimula diferentes canais de percepção — visual, auditivo e tátil —, favorecendo a consolidação do conhecimento. Essa orientação está em consonância com a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garantindo o direito ao acesso à educação e a práticas pedagógicas que respeitem as necessidades específicas desse público.

Como já foi afirmado, o principal meio de tratar o transtorno é a educação, outrossim, os profissionais precisam buscar meios de qualificar sua formação afim de atender as demandas concernentes ao TEA e proporcionar um espaço onde a educação se faça de fato o melhor viés para redução das dificuldades nas práticas de ensino voltadas a esse público.

"A formação continuada dos professores é um dos fatores mais importantes para a efetividade da educação inclusiva, pois permite que os docentes estejam preparados para lidar com a diversidade e oferecer um ensino que respeite as necessidades individuais dos alunos." (Mantoan, 2003, p.8). A formação continuada dos profissionais da educação mostra-se uma necessidade, pois existem demandas específicas que somente a qualificação e preparação como um todo consegue atender. Pensar na formação docente vai muito além das paredes da sala de aula, é necessário avaliar as perspectivas que o professor tem desse espaço além de olhar para o campo educacional como uma esfera heterogênea, havendo diversidade na qual



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

precisam ser ponderadas de acordo com as especificidades de cada ser.

A colaboração entre os diversos profissionais da escola também é fundamental para o sucesso do processo de alfabetização. O trabalho conjunto entre professores regulares, professores de apoio, família, equipe multidisciplinar, coordenadores pedagógicos e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) contribui para a construção de um plano pedagógico mais eficaz.

Em síntese, é fundamental reconhecer que a alfabetização de crianças com TEA não segue um modelo único. A escuta ativa do aluno, a valorização das suas potencialidades e o respeito às suas necessidades devem nortear o fazer pedagógico. O professor precisa ser flexível, criativo e acolhedor, entendendo que o processo de aprender a ler e escrever, para alunos com TEA, requer tempo, adaptação e apoio contínuo. A prática pedagógica, quando pautada pela inclusão e pelo compromisso com a aprendizagem de todos, contribui não apenas para o avanço acadêmico, mas também para a construção da autonomia e da autoestima desses estudantes.

Considerações finais

Diante do exposto, leva-se em consideração a crescente demanda de compreender as instâncias de inclusão a serem trabalhadas nos cenários pedagógicos em que os estudantes e docentes estão inseridos. Compreendemos que a temática alcança uma repercussão latente e que essa abordagem não se dá apenas nas esferas educacionais, mas também em todo o cerco social. Entretanto o objetivo desta pesquisa foi elencar numa perspectiva epistêmica, social e educacional os principais conceitos para compreensão do Transtorno do Espectro Autista sem que haja lacunas vazias para a íntegra capacidade de assimilação.

Uma outra perspectiva trabalhada na pesquisa se deu na motivação para a comunidade pedagógica, sobretudo aos docentes da educação básica em conhecer o transtorno e trabalhar na garantia de acesso pleno aos direitos e a uma aprendizagem efetiva, fundamentada na inclusão e na diversidade, palavras chave que exemplificam a pluralidade das salas de aula.

Com isso, é importante destacar que a alfabetização de crianças com TEA exige uma abordagem pedagógica diferenciada, acolhedora que entenda o ritmo de cada aluno e suas especificidades. Para que esse ensino seja significativo, é essencial que haja investimentos na formação continuada dos docentes.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Diante da construção do artigo, podemos ampliar ainda mais nossas concepções da educação atual, na perspectiva da inclusão, acessibilidade e formação docente. As pesquisas sobre o Transtorno do Espectro Autista não são atuais, porém necessitam sempre estar nas discussões das esferas educacionais tendo em vista, a crescente demanda das salas de aula, oferecendo assim respaldo para a formação continuada do docente.

Referências

ALMEIDA, Tamires Oliveira Sena de. **A importância dos Jogos e Brincadeiras na aprendizagem na Educação Infantil**. 2021. 18. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Instituição Pitágoras, Santo André, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006, p. 79. (Série Saberes e práticas da inclusão).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB nº. 9394/1996, BRASÍLIA.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei Brasileira de Inclusão). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1.

COLL, Cesar; MARCHESI, André; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação** - 2ed. - Vol. 3: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista**. Brasília: CNJ, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** -6ª ed.- São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas. 1999.

INÊS, Andreia. **Alfabetização e Letramento Magda Soares**. Youtube, 2017. Disponível em: ><https://youtu.be/aworj9UvHgk?si=LzIo3jMIXRrM9TAB><. Acesso em: 18 de nov de 2024.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

KANNER, Leo. **Distúrbios autistas do contato afetivo.** Criança Nervosa: Jornal de Psicopatologia, Psicoterapia, Higiene Mental e Orientação da Criança, v. 2, 1943.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Andreia Margarida Boucela Carvalho de. **Perturbação do espectro de autismo: a comunicação.** 2009. 94 f. Trabalho de Projeto (Pós-Graduação em Educação Especial) – Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos.** Revista Pátio, Porto Alegre, n. 29, p. 96-100, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A construção do Pensamento e da Linguagem.** Sao Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.